

## **Quando a mídia virou parte do acontecimento. As manifestações em Porto Alegre e a trajetória da RBS/ZH: de narradora desinteressada à alvo dos protestos e vandalismo<sup>1</sup>**

Adriana Schryver Kurtz<sup>2</sup>

Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM-Sul

### **Resumo**

O artigo busca refletir sobre o – inusitado - duplo papel da imprensa durante a cobertura das manifestações de junho de 2013. Ao agendar o movimento, a mídia acabaria por tornar-se um dos alvos dos protestos, sobretudo em Porto Alegre. Repórteres impedidos de trabalhar ou hostilizados, prédios de empresas de comunicação transformados em palcos preferenciais de confrontos, veículos de emissoras destruídos e coberturas ao vivo reféns de “intervenções” críticas se repetiram à exaustão. O foco de análise recai sobre o repúdio dos manifestantes gaúchos contra a RBS e o Jornal Zero Hora. Numa sucessão crescente de incidentes, a empresa, a quem caberia informar os acontecimentos dentro dos parâmetros de isenção, objetividade e imparcialidade, passou de narradora à tema de sua própria cobertura, apontando para uma auto-referencialidade involuntária e constrangedora.

**Palavras-chave:** manifestações; RBS/ZH como alvo; cobertura jornalística; acontecimento; auto-referencialidade.

### **1 Introdução**

A imagem da instituição jornalística como o Quarto Poder costuma ser trabalhada de tal forma que a sociedade veja na mídia uma espécie de garantia contra os desmandos dos demais três poderes, sobretudo o Executivo e o Legislativo. Ainda que frágil, tal proposição tem seus momentos de glória, como na recente participação dos *media* no Julgamento do “Mensalão”, no qual foi uma espécie de co-partícipe daquele acontecimento, ao lado do Supremo e de seu ícone máximo, Joaquim Barbosa, então alçado à categoria de herói nacional. Mas não tardaria para que a sociedade brasileira vivesse outro momento catártico para expressar sua insatisfação com o(s) poder(es). Os eventos de junho de 2013, entretanto, sinalizaram para uma realidade até então inexistente (ou seria latente?): os protestos e a indignação da sociedade civil agora incluem *todos* os poderes. De narradora dos acontecimentos, a mídia passou a alvo dos manifestantes.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista, Doutora em “Comunicação e Informação” pelo PPGCOM/UFRGS. Professora dos Cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Escola Superior de Propaganda e Marketing. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Jornalismo (NEJOR/ESPM-SUL). Líder do Grupo de Pesquisa “Teoria e Prática no Jornalismo Gaúcho”. [adrianakurtz@terra.com.br](mailto:adrianakurtz@terra.com.br).

O presente texto, nos limites de seu formato, faz uma breve reflexão acerca desta nova condição da mídia a partir de alguns enfoques teóricos, dos mais clássicos até a noção de acontecimento jornalístico. E embora tenha como tela de fundo um fenômeno que foi vivido – não sem espanto e dor – pela grande mídia brasileira como um todo, sua atenção é dirigida para um caso pontual. O texto enfoca especificamente a situação vivenciada pelo jornalismo gaúcho, tomando como caso exemplar a RBS e seu veículo de referência, o *Jornal Zero Hora*. Como *corpus* de uma breve análise foram selecionadas matérias de ZH nas quais o *Jornal* se enreda num exercício involuntário e patético de auto-referencialidade em dois momentos-chaves: 1) relatando as agressões sofridas por “minorias radicais” diante das quais toma providências legais; e 2) abrindo amplos espaços informativos para prestar explicações à opinião pública acerca da zelosa proteção policial que prioriza o seu prédio enquanto dezenas de lojas são depredadas e saqueadas no entorno da zona de conflito.

Ainda que limitada a este recorte pontual, a reflexão aqui empreendida sinaliza para a necessidade da mídia em geral e do jornalismo em particular repensar suas estratégias (e seus vícios). A imagem de mediadora desinteressada e baluarte da moral e da ética no país da corrupção e dos desmandos sai definitivamente arranhada dos eventos que abalaram o país. Se as manifestações deixaram claro que a sociedade não se sente representada pela política e os políticos, a novidade é que o mesmo se aplica ao Quarto Poder: os descontentes tampouco se sentem representados pelo discurso das grandes empresas de comunicação.

## **2. Um acontecimento inaugural**

A Teoria do Espelho, uma das mais clássicas formas de definir o jornalismo e suas atividades, cujos pressupostos até hoje ajudam a reafirmar as noções de objetividade, neutralidade e imparcialidade da imprensa, concebeu o jornalismo como uma atividade que somente reflete a verdade dos fatos sociais que dá a conhecer. A metáfora do espelho pressuporia, assim, “a coincidência perfeita entre a realidade fenomênica, de primeiro tipo, e suas distintas representações”, acenando com a “anulação do sujeito codificador”, como destacou Clóvis Filho (2008, p. 17). Nela, o papel do profissional jornalista é o de um mero mediador desinteressado e desapaixonado, sem ideologias e interesses, mas dotado de um

saber e de competências que o habilitam a narrar os fatos que presencia e testemunha, relato esse honesto, equilibrado e livre de opiniões.

O fenômeno que tomou conta das ruas do país – e da agenda midiática – entre maio e julho 2013, entretanto, parece estilhaçar de vez qualquer ideia de um espelho a refletir a realidade. Pois este “acontecimento estendido” acrescentou à cobertura jornalística a imagem inequívoca de uma tensão antes insuspeita (ou ao menos não desvelada) entre a sociedade – ou, no mínimo, parte significativa da mesma – e os meios de comunicação de massa, incluindo veículos e agentes pontuais do jornalismo. Pois aquele jornalista desinteressado, o mediador dos fatos sociais, tornou-se um dos alvos preferenciais dos protestos. E ainda que não fosse nenhuma novidade histórica a truculência policial contra os profissionais da mídia, estes passaram a experimentar intensamente outras formas de constrangimentos, impedimentos ou violência. Só que desta vez, o que torna o fenômeno ainda mais assustador, tal animosidade partia da população que, mais ou menos “pacífica”, participava das manifestações e dos protestos (que, por sua vez, forçaram a mídia a desviar o foco de eventos que pareciam absolutos em sua agenda: a Copa das Confederações).

E não apenas trabalhadores jornalistas foram alvo dos manifestantes, mas concomitante – e especialmente - as empresas para as quais faziam suas coberturas. De fato, talvez esse tenha sido o dado mais surpreendente do fenômeno que abalou o país, sobretudo no mês de junho de 2013. Se não havia nada de tão atual na indignação dos milhares de manifestantes espalhados pelas principais cidades brasileiras contra os políticos, os partidos, a corrupção e os problemas em áreas clássicas como transporte, educação, saúde e impostos, a novidade ficaria por conta dos inequívocos sinais de uma população que afinal, estava claramente colocando a mídia como um dos poderes a ser repudiados e confrontados. E essas formas de confronto não tardariam a se tornar cada vez mais violentas e visíveis. E ainda que nem todas as cenas de jornalistas intimidados, acuados e hostilizados tenham chegado ao grande público, as imagens de veículos das grandes emissoras do país apedrejados ou mesmo em chamas foram apresentadas aos olhares do público à exaustão.

Por motivos óbvios e inconfessáveis, a mídia não assumiu com vigor a tarefa de proceder à devida discussão deste fenômeno tão inédito quanto contundente, uma estratégia que não esconde, entretanto, uma verdade impúblicável: as grandes empresas de comunicação e o jornalismo estão em cheque e foram declaradas – ao lado dos políticos e instituições de poder que costumam criticar com certo orgulho, do alto do papel moralizador de *watchdog* – inimigas ou, ao menos, *persona non grata* de uma parcela

expressiva da sociedade civil . Assim, tomando de empréstimo uma expressão que Ignacio Ramonet usou num outro contexto em seu provocador ensaio “A tirania da Comunicação” seria possível pensar num “acontecimento midiático *inaugural*”, onde alguma coisa se produziu “*pela primeira vez*” (RAMONET, 2010, p. 13). Eis que tal acontecimento inaugural<sup>3</sup> constitui uma má notícia para a instituição que, afinal, tem a prerrogativa – quando não o monopólio – da produção de notícias.

De fato, muitas das palavras de ordem gritadas Brasil afora por manifestantes – entre os quais o já clássico “o povo não é bobo, abaixo a rede Globo” – seriam melhor explicadas por outra Teoria do Jornalismo aparentemente fora de moda: a Teoria de Ação Política (TRAQUINA, 2005) ou Teoria Instrumentalista. Ao defender a tese de que a mídia em geral e o jornalismo em particular são instâncias de poder com claros interesses políticos e ideológicos, os protestos poderiam ser enquadrados numa das vertentes de interpretação dos instrumentalistas<sup>4</sup>. Do ponto de vista de uma ótica instrumentalista de “esquerda”, a mídia continuaria a cumprir seu papel em defesa do capitalismo, do *establishment* e dos interesses dos grandes conglomerados econômicos – no qual as empresas de comunicação, cada vez mais, se encontram.

Os argumentos podem ser reunidos em dois blocos: ao desconsiderar a cobertura das primeiras manifestações e não dar espaço em sua agenda para as pautas destes grupos (os “alternativos”), as empresas jornalísticas estariam cumprindo um papel clássico. Num segundo momento das manifestações, a mídia em peso troca as expressões menos elogiosas (“jovens baderneiros”) por um discurso pró-manifestantes, repetindo os clichês de “festa cívica” e “exercício da liberdade de expressão” e dando espaço para certa instrumentalização política dos protestos, a favor de uma classe média direita e descontente, de posições políticas contrárias ao Governo Dilma e ao PT. Na visão desta vertente da Teoria, jornalistas são profissionais oprimidos pelo poder de suas instituições – seus padrões – e acabam servindo, de forma alienada ou passiva, aos interesses ideológicos das grandes empresas. Como disse Traquina (2005, p.164), os jornalistas aparecem aqui

---

<sup>3</sup> A imagem de Ramonet converge com a definição de acontecimento sustentada por Isabel Babo-Lança (2012, p. 15) ao dizer que “a noção de acontecimento remete, portanto à noção de emergência, sendo o acontecimento ao mesmo tempo irrupção e transição. Isto porque, em termos temporais, o acontecimento não é um simples começo, embora detenha um caráter *inaugural*, do mesmo modo que também não decorre inteiramente daquilo que o provocou”.

<sup>4</sup> A versão da direita realmente não caberia como parâmetro para o movimento, inclusive por um detalhe preocupante das manifestações: parece claro que o movimento focou sua justa indignação apenas sobre a classe política, abstraindo, por assim dizer, o papel fundamental de um sistema – o capitalismo – no qual a busca do lucro desenfreado justifica os desmandos com os quais a classe política (corrupta ou corruptora) acaba sendo conivente. O que se viu foi um protesto contra políticos num mundo aparentemente não determinado por um sistema econômico.

“reduzidos à função de executantes a serviço do capitalismo, quando não coniventes com as elites”.

De certa forma, alguns relatos e queixas inocentes de profissionais quanto ao porquê de tanta animosidade por parte dos manifestantes (“eu só estou aqui cobrindo o evento, cumprindo minhas tarefas, na qualidade de trabalhador que sou, tanto quanto muitos dos que protestam”) não deixam de combinar com essa crítica ou perspectiva. Poderiam realmente os jornalistas de determinados conglomerados não enxergar *nenhum sentido* – ou razão – para o repúdio dos manifestantes em relação aos seus empregadores? Poderiam ser vistos como narradores ou testemunhas neutras enquanto empunhavam as logomarcas de suas empresas? Como bem lembrou Ramonet (2010, p. 08) “essa máquina de comunicação moderna, acompanhada de uma volta dos monopólios, traz inquietação aos cidadãos, e com razão”.

### 3. Sobre partidos e emissoras

*Ceticismo. Desconfiança. Descrença. Eis os sentimentos dominantes dos cidadãos em relação à mídia. Confusamente, cada um sente muito bem que alguma coisa não vai bem no funcionamento geral do sistema informacional*

Ignacio Ramonet

“Estamos juntos: os nossos partidos e as suas emissoras estão no mesmo barco... Somos alvo, somos os questionados”, diria o Deputado Federal Chico Alencar (PSOL) ao jornalista Lincon Macário, 13 anos de profissão, hoje na função de âncora de programas radiofônicos da TV Câmara. O diálogo em *off* acontecia ao vivo enquanto a emissora transmitia, as 23 horas do dia 20 de junho, as cenas da depredação e tentativa de invasão do Palácio do Itamaraty, Edifício sede do Ministério das Relações Exteriores. Macário, que preside o Sindicato dos Jornalistas de Brasília, convidava o deputado a refletir sobre “o repúdio dos manifestantes” diante da mídia e de seus profissionais. Ele lamentou que naquele mesmo dia de manifestações um jornalista da CBN de Campinas tivesse sido agredido (por “marginais”).

Ao final da cobertura, em torno de meia noite, quando as imagens já mostravam certa normalidade no Itamaraty, Macário pediria reiteradamente desculpas aos telespectadores “por emitir opiniões” já que seu objetivo como jornalista era “o de fazer uma cobertura a mais isenta e objetiva possível” da manifestação. Em que pese o conhecimento das normas, o âncora da TV Câmara não conseguira conter o desabafo: era

espantoso ver “nossos colegas, trabalhadores” também [como muitos dos manifestantes] “sendo hostilizados em nome do repúdio às empresas” que representavam. O episódio inusitado, paradoxalmente mostrava um raro espaço para a tematização da condição da mídia como alvo dos protestos, um dos aspectos menos debatido por parte das empresas privadas, sempre tão ciosas quanto à “liberdade de expressão” e que, ao contrário da cobertura enxuta – para não dizer limitada – da TV Câmara, mobilizavam centenas de profissionais para cobrir as manifestações que pipocavam por várias cidades brasileiras.

A incapacidade de Macário em entender o fenômeno não é uma prerrogativa de um profissional que, afinal, está comprometido com a própria estrutura política – a TV Câmara -, alvo preferencial dos protestos. A imprensa, enquanto instituição, é incapaz de promover uma reflexão crítica *realmente crítica* acerca de si mesma. As raras e discretas exceções só confirmam a regra. Veja-se, por exemplo, o texto de apresentação do manual da Redação da Folha de São Paulo, que recupera solenemente “a última versão do projeto [editorial], divulgada em 17 de agosto de 1997” cujo objetivo visava, no âmbito do marco regulatório do veículo, a produção de “um jornalismo crítico, moderno, pluralista e apartidário” (Manual, 2010, p. 10). Pois é justamente numa seção intitulada “um jornalismo cada vez mais crítico e mais criticado” que lemos a seguinte avaliação:

Assim como cresceu a percepção crítica da imprensa em relação aos poderes instituídos, especialmente os de natureza pública, aumentou também a recepção crítica dos meios de comunicação por parte de sua base social, o público que consome a mercadoria informação. O mal-estar que cerca a imprensa passou a se traduzir em três acusações predominantes: ela seria superficial, invasiva e pessimista. Em vez de se voltar para o esclarecimento de processos complexos e contraditórios, a imprensa opta – de acordo com a primeira crítica – por pinçar seus fragmentos mais estridentes, praticando simplificações que só aparentemente refletem uma disposição crítica, na verdade conivente com as estruturas que finge ignorar (Manual, 2010, p. 13-14)

Após discorrer sobre as duas outras acusações, a Folha postula: “Não se trata de acusações descabidas, ainda que generalizem exceções, tomando-as por regras”. Segue a já conhecida justificativa de que erros – “raramente premeditados” – são um preço justo a pagar pela benesse suprema da “livre circulação de informações e ideias”. Ainda assim, diz o mantra da empresa, “está claro que uma resposta para os problemas do jornalismo contemporâneo terá de corresponder à sensibilidade de parcelas crescentes do público, que reclamam um emprego mais criterioso do poder de informar” (Manual, 2010, p. 14). Ora, a própria Folha, como se sabe, ainda não conseguiu dar a resposta sobre o desafio acerca do

qual filosofa desde o final da década de 1990, certamente junto a tantos outros conglomerados de comunicação e informação. Por sua vez, seus jornalistas foram duramente agredidos pela truculência policial paulista na fatídica manifestação do dia 13 de junho, marcando uma inflexão na agenda dos veículos e chamando a atenção para o caráter auto-referencial da cobertura. Mas isso não muda em nada o fato de que a Folha acabou por acompanhar os clichês mais rasteiros da grande mídia na guinada editorial – de uma inicial (1) reafirmação da ordem e dos discursos oficiais frente à “baderna inconsequente” de jovens alternativos que postulavam a queda do preço das passagens para (2) a “festa cívica” dos milhares de indignados cidadãos “de bem” a exigir um Brasil melhor, maculada por “infiltrados” e “vândalos” que nada tinham a ver com o caráter “pacífico” do movimento<sup>5</sup> – que marcou a incompetência dos veículos informativos em entender e narrar o que se passava naqueles dias de junho.

De qualquer forma, os protestos foram devidamente agendados pela mídia. Entrou em cena aquela relação tão estudada nos espaços acadêmicos entre a agenda da mídia, a agenda pública e a agenda política, ou como postula Traquina (2001), a agenda das políticas governamentais<sup>6</sup>. É bem verdade que a mídia, ou como prefere o mesmo autor, *os media noticiosos*, estavam preparados e organizados para outro tema, que deveria tomar conta da agenda pública e midiática: a Copa das Confederações, suas seleções e seus craques milionários. Ocorre que as estrelas do futebol seriam substituídas, nos noticiários, pela figura aparentemente banal do cidadão. Em que pese ter emergido como protagonista daquele “acontecimento imprevisto” analisado por Berger e Tavares (2010), a presença dos cidadãos na cena midiática já havia sido dissecada por Charaudeau (2006) no clássico estudo sobre o discurso das mídias. Destacando sua condição de “minoría” diante da posição de poder de representantes do aparelho do estado, bem como da convivência entre as mídias e o mundo político, os “anônimos” cidadãos só podem aparecer sob as figuras da *vítima* ou *reivindicador* e na condição da *testemunha*. Sobre a primeira tipologia, dirá o autor:

A primeira figura se explica pelo fato de que, na qualidade de minoría anônima, o cidadão só se torna interessante se sofre, vítima de uma injustiça social ou de uma desgraça do destino, ou se clama por uma reparação e chega a brigar para obtê-la. O cidadão, então, faz parte das intrigas dramáticas do mundo social e pode ser exibido em espetáculo.

<sup>5</sup> Uma guinada que mostra o quanto os veículos noticiosos não conseguem se descolar dos clichês e enquadramentos que devem formatar todo tipo de evento.

<sup>6</sup> O país assistiria a cenas inusitadas diante da radicalização da violência dos protestos: deputados apressados, votando matérias até altas horas da manhã, políticos de todas as instâncias numa maratona de encontros e reuniões e a própria presidente Dilma, tentando responder “a voz das ruas” com a ideia de um plebiscito e um pacto nacional.

Existe, aliás, uma convivência entre estes e as mídias, pois os cidadãos reivindicadores são levados, em nome da eficácia, a buscar uma *visibilidade*, seja ao manifestar-se, seja ao participar de protestos públicos, chegando a envolver-se com ações mais ou menos violentas (CHARAUDEAU, 2006, p. 194).

É interessante notar como no caso das manifestações e protestos que tomaram conta das cidades brasileiras, o personagem foco da agenda noticiosa cumpriu, a um só tempo, ambos os papéis: cidadão vítima das mazelas políticas e econômicas que, tornando-se emancipado, num sentido kantiano [esclarecimento], passa ao ato de reivindicação, inclusive usando boa dose de violência. O que escapa tanto das análises de autores como Charaudeau quanto da lógica do espetáculo midiático, é que tal dose de violência transbordaria os limites previsíveis e acabaria atingindo também o – não por acaso denominado - Quarto Poder. É aí que a noção de *acontecimento* torna-se um complemento necessário para a compreensão de um fenômeno que ultrapassa as possibilidades analíticas da Teoria da Agenda.

O acontecimento é, pela sua própria natureza, aquilo que não é expectável e que nos apanha de surpresa. É por isso que, no mundo social e nos contextos de ação cotidianos, nem tudo o que acontece constitui acontecimento, sendo considerado acontecimento apenas aquilo que é improvável e inesperado. É uma ocorrência empírica particular, que, sendo imprevisível e não reprodutível, revela o domínio da contingência. Faz parte da própria noção de acontecimento a ideia de que se trata de algo que se produziu e teria podido não se produzir, ou ter acontecido de outro modo dada a sua natureza contingente. (BABO-LANÇA, 2012, p. 14)

Pois as dimensões do acontecimento jornalístico foram resumidas numa entrevista dada por Luiz Gustavo Pacete, da entidade Repórteres sem Fronteiras, para a Globo News, na noite de 19 de julho. Segundo seus dados, os protestos pelo Brasil teriam ferido pelo menos 22 jornalistas (ele falaria em 30, num segundo momento). Ressalte-se que os profissionais foram vítimas tanto da violência policial quanto da violência da população. Além disso, o patrimônio das empresas tampouco escapou da ira dos manifestantes: quatro veículos foram destruídos. Ataques contra a imprensa foram registrados em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre. Caco Barcelos, repórter investigativo reconhecido nacionalmente, foi impedido de trabalhar no dia 17 de junho, em São Paulo. Enquanto isso, os profissionais da Globo cobriam as passeatas a bordo de helicópteros, evitando o contato com as multidões. Em todo o país, repórteres iam as ruas empunhando microfones devidamente desnudos das logomarcas de suas empresas,



normalmente tão visíveis em coberturas ao vivo. De fato, enquanto mostrava o acontecimento, a mídia se escondia tanto quanto possível.

#### **4. Zero Hora como tema da cobertura de ZH**

Em 27 de março de 2013, 10 mil jovens capitaneados pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público, protestaram em frente à prefeitura de Porto Alegre contra o aumento do valor da passagem urbana de R\$2,85 para R\$3,05. O protesto, reprimido por policiais, acabou em conflito. O episódio, que pode ser considerado o marco inaugural do tipo de acontecimento que teria lugar no mês de junho em diversas capitais brasileiras, mereceu por parte da imprensa gaúcha duas posturas concomitantes e desastrosas. A pauta não teve atenção dos veículos. Mas tão logo os confrontos se registraram, a mesma mídia antes desinteressada manifestou em uníssono sua indignação diante da violência dos jovens baderneiros, da depredação do patrimônio público e do “ataque à prefeitura” (título do Jornal Correio do Povo). A postura de Zero Hora foi idêntica: em vários espaços de informação e opinião, o Jornal estampou um misto de indignação com a baderna e de ceticismo em relação aos motivos do movimento, uma vez que as fontes oficiais asseguravam a absoluta impossibilidade de evitar o aumento.

Vários outros protestos e confrontos se seguiram. A violência diante do protesto de 27 de março só fez crescer o movimento, agregando apoio de jovens de classe média que sequer usavam o transporte público. A sequência de manifestações, o apoio crescente de parcelas cada vez mais expressivas da população – incluídas as classes médias – e uma difusa reação da opinião pública em torno do assunto, levaria o veículo a um *mea culpa* e uma reavaliação de sua própria cobertura, durante reunião que envolveu toda a redação do jornal, conforme reconheceu o Editor-chefe de ZH, Nilson Vargas<sup>7</sup>. Tentando manter-se um pouco menos escandalizada com os jovens baderneiros gaúchos e suas manifestações, ZH acabaria por imprimir, numa pequena matéria do dia 7 de junho de 2013, na editoria “geral” uma foto sugestiva, na qual baderneiros paulistas estampavam um cartaz onde se lia “Vamos repetir Porto Alegre”, emoldurada por caixas derrubadas no chão e em chamas. As palavras que marcam a cobertura são claras quanto ao enquadramento que ZH não consegue modificar: “confronto” e “vandalismo”. No dia seguinte, nova matéria ganha discreta

---

<sup>7</sup> Foi o que afirmou o Editor-chefe de ZH num debate promovido pelo programa de rádio “Palavra Final”, do Curso de Jornalismo da ESPM-SUL na noite de 6 de maio de 2013.

chamada de capa (“SP vive segunda noite de protestos”) tendo a palavra “confronto”, repetida no título e na frase de apoio.

No dia 10 de junho, o Editorial de ZH, “Protestos sem vandalismo” sugere que há integrantes (“os mais radicais”) de grupos políticos – de esquerda - infiltrados num movimento “que se diz apolítico”; condena pichações, danos a prédios e equipamentos públicos (“atos de irracionalidade que só depõem contra aqueles que os praticam”); faz a defesa da intervenção policial e sugere que a questão da tarifa seja “analisada com mais tecnicismo e menos emocionalismos” (sic). Estes exemplos denotam o tipo de postura de ZH, coerente com sua história e suas notórias posições conservadoras. Em resposta, cerca de 300 integrantes de diversos movimentos sociais, estudantis, comunitários e sindicais promovem um ato insólito: diante do prédio da RBS, despejam galões de excrementos animais. Na porta envidraçada do prédio são afixados cartazes que dizem “RBS mente” e “RBS, tá aqui a merda que você transmite todos os dias”. A cena foi publicada no *youtube* no dia seguinte, sob o título “Movimentos ‘devolvem’ merda para RBS”.

Já no dia 14 (data que seria fundamental para a virada da posição da mídia nacional acerca dos excessos da repressão policial e dos ataques a jornalistas), a capa de ZH está tomada pelo evento cuja dimensão o jornal demorou tanto a compreender. Uma foto de jovens ateando fogo num contêiner de lixo é mostrada sob o título “Passou do limite: Noite de protestos e violência na capital”. Na reportagem especial de duas páginas, quatro fotos acusam os “Atos de vandalismo” que titula a matéria. A violência policial em São Paulo também é noticiada. ZH informa sobre as agressões da polícia a jornalistas e oferece a imagem da repórter da Folha atingida no olho com uma bala de borracha. Mas é um pequeno box que chama a atenção. “Carro do Grupo RBS é atacado”. O veículo que levava jornalistas da empresa foi sacudido, chutado, pixado e teve seu vidro quebrado, por “um grupo de cerca de seis pessoas”, diz a nota de 15 linhas, devidamente ilustrada pela foto do carro. Abaixo dela, um comentário de Carlos Rollsing dá uma explicação esdrúxula para o incidente: basicamente, ele diz que os jovens militantes de Porto Alegre inspiraram Rio de Janeiro e São Paulo, entre outras capitais, a protestar. Mas paulistas “pegaram pesado na irracionalidade” e inspiraram porto-alegrenses “a adotar atos de violência de intensidade não vista antes”, liderados por “anarquistas com traços sociopatas”.

Na edição do dia 15, três páginas são dedicadas aos protestos com foco na escalada do nível de agressividade “de manifestantes e policiais”, sob o título “Limite dos

protestos. Violência condenada”. Uma retranca informa que o “Grupo RBS registra ocorrência por ameaça e carro depredado”, providencia apoiada por entidades empresariais do setor, em nome da “liberdade de imprensa e livre expressão”. No dia seguinte, mais páginas sobre o movimento – cujas imagens já inundavam as televisões brasileiras e cuja repercussão tomava proporções internacionais. E finalmente na ZH de 18 de junho, um dia depois de ter sido registrada a maior mobilização nacional desde o “fora Collor”, com milhares de pessoas mobilizadas em 11 capitais, o jornal vai estampar a sua primeira capa com uma imagem “pró” movimento. A foto de uma bela jovem, feliz, com um cartaz que ostenta a frase “o dia vai raiar sem lhe pedir licença” divide a página com O registro de um ônibus em chamas. O título marca essa dualidade: “O protesto; a batalha”. Praticamente dedicado ao grande acontecimento, ZH é discreta em enfrentar um dos fatos que marcaria este protesto na capital gaúcha: o fato de seu prédio ter se transformado em ponto nodal dos protestos e foco dos principais confrontos.

Pois as manifestações que se seguiriam no país, agora já inchadas com uma classe média descontente e hostil à presença de militantes de partidos políticos, passavam a ser narradas pela mídia de uma forma positiva – a “festa cívica” – em que pese o fato de que os atos de vandalismo não arrefeciam. Em Porto Alegre, não seria diferente, a não ser pelo fato de que os organizadores das manifestações começariam a ter o prédio da Zero Hora como palco preferencial de seus trajetos, previamente combinados nas redes sociais. As capas dos dias 19, 20 e 21 de julho seguem mostrando com maior ênfase esta “gente bonita” (a expressão consagrada por William Bonner) cheia de motivos para protestar, num clima que basicamente tinha como principal alvo os poderes executivos e, em última instância, a presidenta Dilma Rousseff. A beleza estética dos cartazes e dos sorrisos dos jovens ganha destaque nos enquadramentos da agenda local, a exemplo do que acontecia no país afora. A mídia, em sua incapacidade de evitar os clichês e as simplificações cai num *revival*. “A pintura e a *performance* das caras e dos corpos que invadiram as ruas reivindicando dignidade, gritando pela ética e a queda do governo Collor”, observava há mais de 20 anos Weber (2000, p. 81), “permitiram às mídias resgatar o texto político associado a um elemento estético inovador e independente da real ação política”. Nada mais apropriado para se pensar na “festa cívica” de 2013.

Nos protestos dos dias 19 e 20 de junho, a Brigada Militar se concentra na tarefa quase que exclusiva de proteger o prédio de ZH, na Avenida Ipiranga<sup>8</sup>. Mas é no ato do dia 20, quinta feira, que a cumplicidade entre poder público e o Quarto Poder se evidencia de forma inaceitável. Segundo relatos de manifestantes, a manifestação seguia pacífica até que a Tropa de Choque começou a jogar bombas de efeito moral. A violência policial desmedida contra estudantes contrastaria com a indiferença em relação à chamada “minoría extremista”. Enxotados da frente do prédio, grupos violentos – e criminosos – começam a depredar e saquear lojas na Avenida Azenha, a algumas quadras de distância do prédio de ZH, sem a menor intervenção dos órgãos de segurança, em cenas registradas por emissoras de TV, sobretudo por concorrentes da RBS. Esse episódio insólito provoca uma reação indignada nas redes sociais e no dia seguinte, Alexandre Motta, apresentador do programa Balanço Geral RS, da Rede Record, com seu tom popular e sensacionalista, passa a tarde mostrando as imagens e entrevistando ao vivo pequenos e médios comerciantes que reclamam da posição da BM e acusam a mesma de ignorar suas lojas para proteger o prédio “de uma empresa de comunicação local”. Motta escarnece da concorrente, afirmando que a RBS pagou um lanche para a BM como prêmio para a proteção exclusiva.

No mesmo dia 21, ZH dedica metade de sua Reportagem Especial a explicar o inexplicável. Sob o título “BM explica proteção a alvos de vandalismo”, a matéria – cuja fonte é o chefe do setor de Comunicação Social da BM - insiste no fato de que “cerca de 200 pessoas estavam trabalhando no prédio na hora das manifestações” e de que a RBS era “um dos locais visados para depredações”. A informação, entretanto, não confere com os fatos: à tarde, antes da manifestação, a empresa tinha liberado a maioria dos funcionários. O mal estar com o episódio é tamanho que no dia 22, ZH apresenta uma longa entrevista – não assinada - com o Comandante da BM, novamente para justificar a zelosa proteção ao prédio do Grupo RBS. Sob o impensável título “Estamos privilegiando a vida”, o Coronel Fábio Fernandes responde a uma série de perguntas pouco jornalísticas, dando a nítida impressão de uma conversa entre duas pessoas que visam sustentar um discurso único. Das oito perguntas, muitas das quais repetidas, quatro fazem menção direta à ZH. A quinta é uma aula de como não fazer jornalismo: *“Há quem reclame que está ocorrendo proteção ‘de empresa privada em detrimento das demais, do comércio em geral’. É verdade?”*. Ainda na mesma página, matéria também não creditada usa a figura do Governador Tarso Genro (PT)

---

<sup>8</sup> Os episódios do dia 19 levariam a Diretora de Redação de ZH, Marta Gleich a uma atitude incomum. Ela parou completamente a redação e pediu uma avaliação sincera dos jovens profissionais e estagiários acerca da cosmovisão de ZH. Porque, afinal, o jornal fracassava em convencer o público de que sua cobertura era realmente imparcial, isenta e capaz de contemplar as famosas duas versões dos fatos?

para endossar a mesma linha de argumentação acerca da legitimidade da ação da BM na proteção ao prédio da RBS/ZH.

A progressiva radicalização dos protestos no país e na capital gaúcha começaria a ensejar um enquadramento jornalístico mais ao estilo do conservadorismo de ZH. Em breve a presidente Dilma disputaria a atenção da mídia, tentando responder ao fenômeno e garantindo seu espaço no agendamento do tema. Para ZH e o grupo RBS, o acontecimento (social) inesperado e transbordante engendrava outro acontecimento (jornalístico): Zero Hora se tornaria a protagonista de sua própria cobertura enquanto testemunhava uma reação popular que desafia, no futuro, suas estratégias de relacionamento com clientes e um de seus slogans publicitários mais famosos, que garante que seus leitores são “os donos” do jornal. Como diz Babo-Lança (2012, p. 18-19), se todos os acontecimentos são mais ou menos sentidos, vividos e apropriados na experiência pública, o que ela chama de “acontecimentos experienciados” têm valor de experiência e afetação; ou seja, “afetam o viver e o sofrer”.

## Referências Bibliográficas

- BABO-LANÇA, Isabel. Reprodutibilidade do acontecimento na ordem institucional. In: **Mídia, Instituições e valores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- BERGER, Christa; TAVARES, Frederico. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: M. Benetti. **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- FILHO, Clóvis de Barros. **Ética na Comunicação**. São Paulo: Summus, 2008.
- Projeto Folha. In: **Manual de redação**. Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha, 2010.
- RAMONET, Ignacio. **A tirania da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O estudo do Jornalismo no Século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.
- WEBER, Maria Helena. **Comunicação e Espetáculos da Política**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- Zero Hora**. Edições de junho e julho de 2013.